

## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO

Iniciativas de implantação de um sistema nacional de avaliação, por meio de avaliações em larga escala, tornaram-se expressivas a partir da década de 1980 no Brasil, sendo endossadas pelas discussões em torno da Constituição Federal aprovada em 1998. Ainda que essas iniciativas possam ser vistas como uma forma ostensiva de garantir o “controle de qualidade”, um dos maiores efeitos dessa intervenção tem sido a considerável pressão sobre os professores para que ensinem visando aos testes e exames.

O Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP), criado em 1987, de abrangência para todo o território nacional por meio de uma amostra aleatória de estudantes, escolas e municípios brasileiros, é considerado a primeira experiência de avaliação em larga escala no Brasil. A partir dessa experiência, desencadeou-se um processo, sem precedência, de multiplicação de instrumentos diversos de avaliação dos estudantes, das escolas e das redes de ensino nos mais diversos estágios do desenvolvimento escolar de crianças e jovens e que compreendem tanto a educação básica quanto o ensino superior.

Sob a égide de uma política de regulação do fluxo escolar, a partir do SAEP, foi criado, no ano 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), antecipando a nomenclatura que seria adotada posteriormente, a partir da caracterização atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 20 de dezembro de 1996, a essa etapa da escolarização (educação básica).

Com as adequações implementadas pela Portaria Ministerial n. 931, de 21 de março de 2005, o SAEB foi subdividido em Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida por Prova Brasil, e Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), designada pelo mesmo nome que agora abriga o Sistema nacional de avaliação, ou seja, SAEB.

O SAEB e a Prova Brasil representam, atualmente, uma das forças mais expressivas da cultura da avaliação em larga escala no Brasil em vista do lugar que ocupam na delimitação dos indicadores de qualidade da educação básica. Isso porque os resultados obtidos pelos estudantes nesses dois instrumentos alimentam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 com o intuito de aferir a qualidade das escolas de educação básica, redes de ensino, unidades da Federação e da União.

No contexto das avaliações de largo espectro, outro teste que ganhou destaque em período recente foi a Avaliação da Alfabetização “Provinha Brasil”, conhecida no meio escolar simplesmente como Provinha Brasil. Criada em 2007, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), essa avaliação compreende um teste de caráter diagnóstico, optativo para os sistemas e redes, sem finalidade classificatória e sem impacto no IDEB.

Aplicada duas vezes, uma no início do ano letivo e outra no final, a Provinha Brasil destina-se a estudantes que estejam na 2ª série/ano do ensino fundamental. Tem por objetivo, anunciado pelo MEC, acompanhar o processo de alfabetização da criança de modo a assegurar que, aos oito anos, todas estejam alfabetizadas. Com esse intuito, os testes são disponibilizados às redes e escolas em duas edições no mesmo ano (BRASIL, 2007).

Dois características diferenciam esse teste dos demais aqui mencionados: a ideia de processualidade e de construção de um instrumento para o diagnóstico e o acompanhamento do processo de alfabetização; a sua metodologia, de aplicação e correção, sob responsabilidade da escola e de seus professores. Ainda que esses dois aspectos possam pontuar favoravelmente à aplicação dessa avaliação, há que se considerar que a escolha da matriz de referência e a organização das questões permanecem sob a responsabilidade do MEC/Inep. A tarefa do professor fica reduzida à execução da política gestada e produzida em esferas extraescolares. Sob sua responsabilidade recaem, porém, os resultados das ações empreendidas pelo Estado.

No ano 2013 foi criada a mais recente avaliação de largo espectro, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Destinada às crianças que frequentam o 3º ano do ensino fundamental, essa avaliação tem por objetivo aferir o nível de alfabetização e letramento ao final do ciclo de alfabetização. Dada a proximidade dos seus objetivos aos da Provinha Brasil, indaga-se acerca da eficiência dessas avaliações com objetivos os quais, porquanto preservam estreita vinculação, parecem mais querer confundir professores do que, de fato, contribuir para a realização de um diagnóstico sobre o processo de alfabetização das crianças brasileiras.

Completando o conjunto de avaliações de largo espectro instituído pelo Governo Federal nessas três últimas décadas (1980-2000) na educação básica, temos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Criado em 1998, atualmente esse é o maior exame do país em termos de abrangência de estudantes. Conta com participação voluntária e individual do aluno e tem por objetivo avaliar o ensino médio brasileiro. Desde 2009, quando se tornou a principal forma de acesso ao ensino superior, o exame tem se tornado palco de inúmeros episódios que contribuíram para engrossar o caldo acerca das

contradições que cercam as políticas avaliativas de largo espectro. Provas roubadas e gabaritos trocados causam descrença e temor em estudantes que desejam fazer o teste.

Embora as experiências de avaliações em larga escala ainda sejam recentes no Brasil e, portanto, seus efeitos ainda incipientes, o acirramento das tendências neoliberais na educação demonstra inclinação para o fortalecimento da regulação do Estado pelo viés da avaliação. É sobre essas tendências na implementação de um sistema nacional de avaliação nas políticas educacionais mais recentes que recai a temática do Dossiê que compõe esta edição da Roteiro.

Impulsionados pela atualidade do tema, foram submetidos à Revista Roteiro mais de 30 artigos destinados a compor o Dossiê. Os autores dos textos pertencem a instituições de ensino de diferentes estados brasileiros. Respeitado o processo duplo-cego na avaliação por pares, os oito manuscritos selecionados para o Dossiê *Sistema Nacional de Avaliação* procuram, a partir de diferentes olhares e perspectivas, evidenciar a problemática das avaliações, internas ou externas, na educação básica brasileira.

O primeiro deles, de autoria de Luiz Carlos Novaes, discute a percepção de professores da rede estadual paulista sobre a avaliação no âmbito do Plano de Qualidade da Escola, apresentado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). Sob o título *Os impactos da avaliação externa sobre o trabalho de professores na rede estadual paulista*, o autor destaca novos modos de se relacionar com a profissão provocados pelos impactos da política de bonificação por resultados empreendida pela SEE/SP.

Ainda tratando de impactos dessas avaliações, Rodrigo Rosistolato e Ana Pires do Prado discutem influências das avaliações externas nas interações entre os agentes escolares por meio do manuscrito *Os profissionais da educação e as avaliações externas de aprendizagem: uma comparação entre Rio de Janeiro e Duque de Caxias*. Concebem essas avaliações como eventos extraordinários ao cotidiano escolar, mas que nem por isso deixam de promover mudanças principalmente relacionadas à distribuição do conhecimento escolar e à orientação das atividades escolares para as provas.

Na esteira dessa discussão, Juliana Camila Barbosa Mendes e Rita de Cássia Prazeres Frangela apresentam resultados de uma investigação sobre os movimentos da política de avaliação a partir da mudança curricular na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ). Utilizando a metáfora do binóculo, tal qual utilizado por Eça de Queiroz, no manuscrito *Avaliação: te olhei por um monóculo e enxerguei a prova*, as autoras defendem existir hoje uma falsa correlação entre avaliação, eficiência e eficácia das escolas. Pelo fato de a avaliação ocorrer na pressão por eficiência e eficácia das escolas, tem-se a ideia de que, à medida que a eficiência dos

alunos melhora, ela eleva a produtividade em termos de aprendizagem e consequentemente aumenta o retorno da educação. A circularidade da política curricular provocada por essa falsa correlação traz, segundo as autoras, sentidos ambivalentes para a qualidade que se encontra hegemônica pelo discurso da avaliação padronizada.

Ainda com o intuito de refletir sobre o potencial da avaliação em larga escala na indução da qualidade, Edite Maria Suldrack e Eliane Maria Cocco apresentam um ensaio que tem por título *Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade?* No manuscrito são evidenciados os objetivos e características das avaliações enquanto política pública e problematizada criticamente à imposição de um pensamento único em torno dos valores da competência e do desempenho.

No manuscrito *Currículo e avaliação externa na rede municipal de ensino de São Paulo: reducionismos ou imbricações?*, Bárbara Barbosa Born e Raíssa de Oliveira Chappaz problematizam a questão da avaliação externa por meio de um estudo sobre a política curricular do ensino fundamental na rede municipal de ensino de São Paulo. Evidenciam que a ampla produção documental e a existência tanto de programas curriculares quanto de sistema de avaliação próprio permitem verificar que na rede municipal de São Paulo as políticas de avaliação externa e as políticas curriculares parecem mais integradas do que submetidas umas às outras.

Por meio de um estudo sobre a produção de dissertações e teses sobre o ENEM, Fabíola Matte Bergamin e Maria Fernanda Montero discutem tendências e abordagens do tema no campo acadêmico. O manuscrito *Balanço de pesquisas sobre o ENEM: considerações sobre a constituição política das avaliações externas* desperta atenção a respeito da ausência de referencial teórico que discuta o ENEM enquanto política educacional nas dissertações e teses produzidas no período de 2007 a 2011. Para as autoras, esses trabalhos, apesar de tratarem dos aspectos políticos da prova, não a encaram como, ela mesma, uma política, mas como uma ferramenta da política. Tal abordagem, ainda que válida, pode levar a uma desconsideração de alguns aspectos políticos da própria constituição do ENEM, e de outros aspectos ligados às avaliações externas, como a introdução da lógica mercadológica na educação e, consequentemente, a introdução das noções de eficiência e qualidade.

A percepção de professores sobre o Sistema de Avaliação Normatizado da Academia da Polícia Militar de Montes Claros, Minas Gerais é enfatizada no manuscrito *A percepção dos professores em relação ao Sistema de Avaliação Normatizado pela Academia da Polícia Militar, com foco na avaliação da aprendizagem*. Por meio de um estudo de caso, Joaquim Rodrigues Ribeiro, Márcio Gomes dos Santos, Moacir Gonçalves de Souza, Reinaldo Barbosa de Oliveira e Maria das Graças Mota Mou-

rão destacam que a inflexibilidade do conjunto de medidas padronizadas adotado nos cursos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais contrapõe-se às opiniões dos docentes que atuam nesses cursos, porquanto esses defendem uma avaliação diagnóstica e formativa, com foco no estudante.

Para completar o conjunto de textos que integra o Dossiê, no manuscrito *A problematização como possibilidade avaliativa em Artes Visuais: apontamento de uma perspectiva pós-moderna*, Marilda Oliveira de Oliveira, Francieli Regina Garlet e Vivien Kelling Cardonetti convidam a uma reflexão sobre a avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Artes Visuais. Enfatizando o papel da avaliação interna, realizada pelo professor em sala de aula, as autoras defendem a problematização como possibilidade de avaliar e pensar o ensino de Artes e a própria educação na contemporaneidade.

Além dos textos do Dossiê, integra a edição 39, n. 2, da Roteiro, um conjunto de seis artigos e uma resenha, submetidos pelo sistema de demanda contínua.

No primeiro deles, Abelardo Bento Araújo apresenta uma importante reflexão sobre a relação entre os periódicos jornalísticos e a política de monitoramento da qualidade da educação no Brasil, tomando como base o conceito de cotidianidade proposto por Agnes Heller (2000). No artigo *Qualidade em pauta: os periódicos jornalísticos e o monitoramento da qualidade da educação*, o autor evidencia que os textos jornalísticos vêm sendo considerados importantes não apenas para a pesquisa em política educacional, mas também para a própria política educacional, que por meio das estratégias planejadas no chamado monitoramento da qualidade da educação, passou a incluir – de forma não planejada – a atividade jornalística como importante dimensão de suas ações.

Com o artigo *O conceito de verdade e a dimensão estética na arte e no ensino de Filosofia*, Samuel Mendonça e Mariana Baruco Machado Andraus promovem uma discussão sobre o conceito de verdade no ensino de Filosofia. Focalizando a dimensão estética em contraste com a dimensão formal do conceito de verdade em Nietzsche, os autores buscam responder às indagações: Poderia o conceito de verdade ser ensinado por meio da arte? Seria realmente possível, de acordo com Nietzsche, falar em verdade, mesmo na dimensão estética? Lembram que, para Nietzsche, a verdade não pode ser limitada a uma dimensão absoluta e derradeira. Concluem que, embora o conceito de verdade seja necessário no ensino de Filosofia, a dimensão estética apresenta-se como possibilidade essencial porquanto descurada da dimensão formal que limita o potencial de uma concepção mais abrangente de verdade.

No artigo *O museu virtual de arte como espaço de educação estética*, José Albio Moreira de Sales, Gardner de Andrade Arrais e Isabel Maria Sabino de Farias

discutem possibilidades de educação estética tomando por amostra museus disponibilizados na internet em domínio brasileiro. As análises apontaram que as concepções de museus virtuais estão permeadas pelas práticas presenciais e existe uma gama de possibilidades de educação estética em museus virtuais.

*A interseção entre raça e pobreza na trajetória de jovens negros* é o título do artigo de Carlos Augusto Sant’Anna Guimarães, que apresenta o resultado de um estudo sobre fatores que explicam trajetórias educacionais marcadas pelas desigualdades sociorraciais, utilizando os conceitos de *habitus*, capital social, cultural e simbólico como balizas analíticas. O texto aponta a relevância de estudos sobre aspectos intrafamiliares e sociocomunitários para entender diferentes percursos trilhados por esses indivíduos no sistema educacional.

Por fim, no artigo *Criação de sensibilidade para se reconhecer e cuidar como corporeidade*, Cristiane Terezinha Isele e Roque Strieder destacam que a tradicional concepção dualista de ser humano é ainda recorrente nas práticas educativas escolares, com nítida distinção entre corpo e mente. Enfatizam que a exacerbação do desempenho do corpo promove uma lógica individualista de intensificação do cuidado de si e o entendimento de que é possível controlar e ajustar o corpo às aspirações de reconhecimento via intervenção e reconstrução. Sugerem como alternativa a esse comportamento, a atitude transdisciplinar por permitir, na ótica dos autores, redimensionar as experiências formativas e a compreensão aprofundada da complexidade da realidade humana.

Encerra esta edição da Roteiro uma resenha de Marta Luiza Sfredo intitulada *O poder da educação e o lugar das aprendizagens na sociedade do conhecimento: uma síntese*. A obra resenhada *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”*, de autoria de Licínio Lima, apresenta uma reflexão realizada pelo autor sobre a ênfase na busca pelo conhecimento economicamente útil e rentável para o indivíduo e sua relação com o direcionamento das políticas educacionais.

Agradecemos aos autores e avaliadores que tornaram possível mais essa edição da Roteiro e desejamos que a diversidade de abordagens e de pontos de vista sobre os temas apresentados contribua para enriquecer o debate da problemática educacional, nomeadamente no que se refere ao tema do dossiê.

A todos, uma excelente leitura.

Marilda Pasqual Schneider  
Editor-chefe